

O campo historiográfico da imigração japonesa: alguns delineamentos

Luana Martina Magalhães Ueno

Universidade Estadual de Maringá
Maringá - Paraná - Brasil
8.luana@gmail.com

Leonardo Henrique Luiz

Universidade Estadual de Maringá
Maringá - Paraná - Brasil
leonardo_luiz8@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o campo historiográfico da imigração japonesa, entendido como um espaço formado por diversas autoridades que buscaram entender o processo de imigração por intermédio de conceitos como: aculturação, assimilação, identidade negociada e *japonesidades*. Assim, compreendemos que é um campo subdividido em três fases: a primeira é denominada de aculturação e assimilação devido às pesquisas utilizarem, principalmente, esses dois conceitos conjuntamente aos de integração e acomodação. Essa fase surgiu e consolidou-se nas décadas de 1930 e 1940, possuindo como grande autoridade Hiroshi Saito; a segunda surgiu por volta dos anos 2000 e é denominada de etnicidade, uma vez que os estudos se distanciam do conceito de assimilação e focam mais na etnicidade e a questão de identidade, dessa maneira, a grande autoridade é o brasileiro Jeffrey Lesser, o inaugurador dessa fase e que estabeleceu os conceitos de negociação e identidade hifenizada e situacional. Por fim, sugerimos que há o delineamento de uma terceira que busca romper, ou pelo menos afastar-se, com os conceitos da fase anterior, visto que são compreendidos como insuficientes para entender o fenômeno migratório e a construção subjetiva dos *nikkeis*.

Palavras-chaves: campo historiográfico. Imigração japonesa. Assimilação. Aculturação. Identidade negociada. *Japonesidades*.

Introdução

A imigração japonesa é um tema que está ganhando cada vez mais espaço na academia, principalmente nas Ciências Humanas. As primeiras publicações sobre a presença japonesa no Brasil foram os materiais publicitários – que atualmente servem de fontes para as pesquisas acadêmicas –, das décadas de 1930 e que refletiam as circunstâncias de assimilação dos imigrantes japoneses, como aquele realizado pelo antropólogo Oliveira Vianna (1934). Todavia, eram trabalhos relacionados ao discurso antinipônico que pregava a contrariedade da imigração, baseados em argumentos racialistas, e até racistas, que colocavam os amarelos como inferiores, degenerados e considerados como um “enxofre: insolúvel” (VIANNA, 1934, p. 209). Dessa maneira, as primeiras reflexões sobre a presença

japonesa foram formuladas para embasar os argumentos negativos em relação aos *nikkeis*¹, almejando a proibição da imigração amarela e que se consolidou de forma institucional na Constituição de 1934, estabelecendo-se a lei de cotas: a emenda número 1.619 (SAITO, 1973; UENO, 2019).

É somente a partir da década de 1940 que realmente se desenvolveram pesquisas sobre a imigração japonesa, com ações de Helbert Baldus e Emilio Willems e que, posteriormente, foi consolidada por Hiroshi Saito. As pesquisas focaram na assimilação, aculturação e integração dos *nikkeis*. Consideramos esse primeiro momento como uma “fase pioneira” e que, a partir dos anos 50, multiplicaram-se os estudos sobre o processo migratório devido a maior participação de pesquisadores japoneses, como Seiichi Izumi e Teiiti Suzuki (SAITO, 1973). À posteriori, essa fase ganhou uma maior participação dos pesquisadores não descendentes e o desenvolvimento de outras perspectivas, contudo, ainda associado à assimilação, caso de Ruth Cardoso, Francisca Vieira e Célia Sakurai. É apenas com o brasilianista Jeffrey Lesser que ocorre uma quebra dessa fase e inicia-se a formação de um segundo momento no campo da historiografia da imigração japonesa, surgindo novas luzes e olhares sobre esse processo histórico, partindo de outras fontes e metodologias.

Assim, o nosso objetivo neste artigo é analisar o campo historiográfico sobre a imigração japonesa, dividido em possíveis três fases: a primeira que se delineou por volta da década de 1930 e se concretizou a partir dos anos 1940; a segunda emergiu por volta dos anos 2000; e por fim conjecturamos a existência de uma terceira fase que está se firmando e busca ir além das questões colocadas pelas fases anteriores, contudo ainda não está bem definida em relação aos conceitos e às autoridades.

Aculturação e assimilação

Denominamos a primeira fase de assimilação e aculturação, pois é marcada por trabalhos que utilizam desses conceitos acompanhados de outros como acomodação e integração. Em um momento inicial, esses trabalhos estiveram ligados à institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, principalmente em São Paulo na década de 1930. Segundo Douglas de Toledo Piza (2012, p. 34-35):

Logo na primeira década de vida das instituições universitárias paulistas – a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) fundada em 1933, e a Faculdade de

¹ Utilizamos o conceito para se referir aos imigrantes e descendentes de japoneses residentes fora do Japão.

Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), em 1934, houve, em ambas, pesquisas focadas em comunidades de imigrantes, sobretudo nos aspectos de aculturação e assimilação desses grupos. Ao longo das três décadas seguintes, até meados dos anos 1970, portanto, esses estudos apresentaram continuidades importantes em certos aspectos, embora se possam traçar dois grandes modelos distintos, nos quais se encaixam as pesquisas.

Compreendemos que as bases dessa primeira fase dos estudos da imigração japonesa surgiram dentro da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), principalmente por volta da década de 1940, de maneira mais específica o artigo *Casas e Túmulos Japoneses no Vale da Ribeira* (1941) de Willems e Baldus, pesquisadores ligados à Sociologia e Antropologia, sendo um importante indício de como o tema começou a ser abordado academicamente. Ambos os pesquisadores se dedicaram a estudar as mudanças culturais no Brasil utilizando o conceito de aculturação. No texto em questão buscam descrever o estilo arquitetônico das casas e dos túmulos no Vale da Ribeira, especialmente em Registro e Jipuvura, ressaltando os elementos que indicavam a aculturação e as influências dos japoneses no Brasil. Ao descreverem os poucos ritos fúnebres budistas realizados pelos imigrantes na região, de maneira sintomática os autores prontamente interpretam como um sinal da aculturação, afinal, “parece-nos que essa desistência não pode ser interpretada como ‘apêgo às tradições’ que tantas vezes se alega com referência à população de origem nipônica” (WILLEMS, BALDUS, 1941, p. 133).

Embora tais autores tenham realizado trabalhos circunscritos sobre os japoneses, suas atividades docentes e estudos embasados na teoria da aculturação formaram as bases para as primeiras pesquisas acadêmicas sobre a imigração japonesa. Nesse sentido, a contribuição de Willems foi mais fundamental, apesar de que em um primeiro momento tenha se dedicado aos estudos sobre os alemães no Brasil. Posteriormente iniciou as análises sobre o grupo japonês, definiu a assimilação como uma espécie de reajustamento de comportamento, que teria acarretado em mudanças de personalidade devido à combinação das novas práticas culturais com a manutenção dos hábitos do país de origem, causando conflitos e confrontos entre as duas culturas e produzindo uma espécie de “marginalidade cultural”. O autor definiu ainda que a acomodação e a aculturação eram apenas passos do processo da assimilação e estavam associados aos estudos que valorizavam as contribuições dos imigrantes na sociedade (SEYFERTH, 2004; COTRIM, 2016).

Entretanto, a grande autoridade dessa fase e que aprofundou o estudo sobre os japoneses no Brasil foi Saito, um imigrante japonês que estudou na ELSP, tornando-se

seguidor de Willems e Donald Pierson². Foi nessa instituição que obteve contato com os conceitos de assimilação e aculturação. Para ele, o processo de assimilação seguiria quatro etapas: competição, conflito, acomodação e assimilação, sendo este o último nível do processo que implicaria mudanças na sociedade. Saito entendia que ao final do processo de assimilação o imigrante adquire características da cultura do país receptor, resultando em uma nova cultura, ou seja, “[...] o estudioso defende que, apesar de o imigrante japonês não abandonar todas as características de sua cultura e de adquirir algumas da brasileira, ele permanece em processo de assimilação [...]” (COTRIM, 2016, p. 19).

A figura de Saito foi marcante a tal ponto que grande parte dos estudos sobre imigração japonesa, mesmo atualmente, aderiram ou rejeitaram as suas ideias. Além disso, sugerimos que parte significativa do desenvolvido dessa primeira fase da historiografia da imigração foi aglutinada em torno de Saito. Tanto suas pesquisas como sua dissertação, que analisa a Cooperativa Agrícola de Cotia (SAITO, 1964), expressaram três aspectos relativos à construção dessa primeira fase: 1- A institucionalização das pesquisas sobre a imigração japonesa dentro das Ciências Sociais; 2- A argumentação do protagonismo das cooperativas agrícolas dos imigrantes no desenvolvimento do país; 3- A relevância dos fatores sociais para se compreender a realidade social dos imigrantes. Assim como expressa a sua preocupação com a integração dos japoneses na sociedade brasileira, “militando” em favor dos imigrantes e procurando demonstrar a capacidade de assimilação e dos benefícios da presença deles no país, Saito debateu diretamente com os discursos antinipônicos presentes desde antes da chegada dos primeiros imigrantes japoneses. A preocupação com a questão da assimilação e seu estudo serviu para explicar a sua própria condição de vida e (re)afirmar sua “identidade japonesa” (COTRIM, 2016).

De forma significativa, a escrita de Saito foi ligada à sua formação e à preocupação em evidenciar a assimilação dos japoneses no Brasil. Segundo Marco Luiz Castro (1994), o contato de Saito com a ELSP se deu por meio de uma pesquisa conduzida por Willems, na qual atuou como informante e só posteriormente, em 1947, ingressou oficialmente na instituição. Não é inesperado que o primeiro trabalho acadêmico de Saito foi publicado em coautoria com Willems, *Shindô-Renmei: um problema de aculturação* (1947). Esse estudo

² Donald Pierson (1900-1955) cientista social pertencente a Escola de Chicago, trouxe para São Paulo, especificamente para a ELSP: as pesquisas de campo em grupo; a possibilidade de pós-graduação fora do país; publicações de livros e revistas; financiamentos e “tinha como preocupação fundamental ‘a fidelidade máxima à realidade empírica, à precisão e ao rigor na observação e descrição de fenômenos’” (COTRIM, 2016, p. 30-31).

revela diversos traços da trajetória intelectual de Saito. A questão da Shindô Renmei³ é tratada como resultado de uma falta de habilidade por parte do Estado Novo em colaborar com a aculturação dos japoneses, sendo que as medidas restritivas (proibições de jornais em japonês, ensino da língua, etc.) serviram para isolar e desorganizar os *nikkeis*. A formação da Shindô Renmei foi uma resposta, a partir do nacionalismo japonês, elaborada por indivíduos que queriam tomar e dar novos rumos para a colônia japonesa.

A leitura atenta do texto revela um trabalho que defende que o japonês está em processo de assimilação ou que já se assimilou à sociedade brasileira, inclusive os autores apontam que o “coeficiente de fixação” dos japoneses é o maior comparado com o de outros imigrantes (SAITO; WILLEMS, 1947, p. 137). Essa é uma bandeira que Saito defendeu em seus trabalhos e compõem uma das principais características dessa primeira fase, na qual os autores buscam responder à questão: por que os japoneses se juntaram dessa maneira, formando colônias? Os autores ligados à primeira fase apresentaram diferentes argumentos indicando que os *nikkeis* estavam em processo de assimilação, ou até já assimilados. Normalmente, essa argumentação visava se opor às visões eugenistas e aos discursos antinipônicos presentes desde o século XIX nos meios intelectuais e na elite brasileira.

Em certos autores como Saito e Willems (1947, p. 134), a ideia da inassimilabilidade dos japoneses é definida como um “absurdo”. Mesmo em sua trajetória pessoal, Saito atuou defendendo os interesses dos *nikkeis*, por exemplo, editando panfletos de “esclarecimento” sobre a derrota japonesa na guerra, sendo, inclusive, jurado de morte (CASTRO, 1994). O caso dos eventos envolvendo a Shindô Renmei foi significativo para a vida do pesquisador a tal ponto que, embora tivesse publicações sobre o assunto, ele desviava-se de explicar e detalhar sobre o tema. De acordo com Castro (1994, p. 114):

Esta sua postura pode ser ilustrada por meio do seguinte fato: Quando da vinda da então estudante japonesa Chiyoko Mita ao Brasil, com a finalidade de realizar seu doutorado sobre a comunidade Bastos no interior de São Paulo, Saito discretamente escapou da orientação daquele trabalho pedindo ao amigo João Batista Borges Pereira, docente da área de Antropologia da USP, que exercesse a função de professor-orientador.

Esse exemplo ilustra como muitos dos pesquisadores da imigração japonesa estiveram envolvidos diretamente com os eventos que marcaram a história dos *nikkeis* no Brasil. Contudo isso não significa que estamos negando a relevância da argumentação desses autores, mas é preciso entender que as obras foram construídas a partir de

³ A Shindô Renmei era uma sociedade que surgiu, durante a década de 1940, na cidade de Marília em São Paulo. Considerada pela historiografia como uma organização ultranacionalista e que pregava a vitória do Japão na Segunda Guerra Mundial (CARVALHO, 2017).

determinados prismas.

Outro pesquisador de importância para essa primeira fase é Izumi, sociólogo japonês responsável por estabelecer contatos entre os pesquisadores japoneses e Saito. Izumi recebeu financiamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no qual objetivava investigar os possíveis focos de conflitos sociais e étnicos pelo mundo. O financiamento da UNESCO se deu, sobretudo, por enxergar as colônias japonesas como prováveis focos de conflito. Portanto, os primeiros estudos de Izumi foram sobre os membros e as ações da sociedade Shindô Renmei, por serem causadores de conflitos dentro do grupo japonês. Nas décadas de 1950, Izumi desenvolveu algumas pesquisas, duas delas conjuntas com Saito: A primeira resultou em um artigo denominado de *Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil* (1953), analisando a tensão grupal dentro da colônia japonesa no pós-guerra; a segunda realizada entre os anos de 1956 e 1957 e que resultou no livro *Imin*, publicado em japonês, investigou a assimilação dos imigrantes japoneses em nosso país. Assim como os trabalhos de Saito, é perceptível nas pesquisas de Izumi influências da antropologia americana praticada na Universidade de Chicago (COTRIM, 2016). Conforme Saito (1973), Izumi é o primeiro antropólogo japonês que conduziu pesquisas de campo extensas entre os anos de 1952 e 1953 e, a partir disso, sua figura ligou-se aos estudos sobre os japoneses no Brasil.

Assim, de modo geral, essa primeira fase é marcada por pesquisadores japoneses, imigrantes ou descendentes, ligados à Antropologia ou à Sociologia, que dominavam a língua japonesa e trabalhavam com os conceitos de assimilação, aculturação, acomodação e integração, buscando responder ou até mesmo afirmar a questão da assimilação dos japoneses à sociedade brasileira. Todavia, é necessário compreender que as fases não são homogêneas e fixas, encontramos pesquisadores que se afastaram dessas características gerais, porém, permaneceram trabalhando com o conceito de assimilação. Dentre os autores que apresentam modelos distintos de análise, damos destaque para a antropóloga Cardoso que em sua tese *Estrutura familiar e mobilidade social: Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo* (1995), analisa a assimilação e a integração por meio da noção de mobilidade social. Nesse trabalho Cardoso realizou diversas críticas ao conceito de aculturação, entre os quais, salientou que

a realidade do contato sociocultural só pode ser apreendida e sua explicação só será concreta se levar em conta um conjunto de dimensões (entre os quais a cultural é fundamental) que devem ser empregadas na interpretação do processo, reproduzindo teoricamente a unidade do real. O conceito de aculturação não facilita esta tarefa porque privilegia os traços culturais e supõe uma dinâmica que lhes é própria (CARDOSO, 1995, p. 172).

Essa opção teórica sucede a adesão ao conceito de integração, na medida em que explicaria as “recriações culturais” por parte dos japoneses no Brasil (CARDOSO, 1995, p. 173). Dessa forma para a autora, as experiências culturais anteriores foram transformadas, sendo que o imigrante se integrou por intermédio da ascensão social dentro do processo capitalista brasileiro. Como consequência da integração houve a própria dispersão dos japoneses, agora não como comunidade étnica, mas como “pequena classe média” (CARDOSO, 1995, p. 176). A abordagem de Cardoso está associada à sua formação, que evoca as disputas na formação das Ciências Sociais no Brasil entre a ELSP e a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).

Cardoso estudou na USP onde foi orientada por Eunice Durham⁴, uma das principais influências para a sua perspectiva de análise. Ao contrário de Saito, Cardoso estudou apenas na USP, entrando mais em contato com as abordagens uspianas das Ciências Sociais. Ademais, aproximou-se dos temas mais amplos do grupo de Florestan Fernandes⁵, buscando explicar as mudanças culturais por intermédio das características da sociedade e do seu desenvolvimento socioeconômico. Conforme aponta Jader Tadeu Fantin (2017, p. 70-71), efetivamente nesse período

há um contexto de disputas metodológicas na sociologia que está em consolidação, em que de um lado encontram-se os estudos da comunidade Emílio Willems (com o qual Saito trabalhou na ELSP, além de ser seu aluno) com a teoria da aculturação e assimilação e, do outro, a corrente iniciada mais à frente por Florestan Fernandes e seus alunos na USP, preocupados com o desenvolvimento da sociedade capitalista e de classes no Brasil.

Portanto, Cardoso, em suas análises, partiu dos aspectos socioeconômicos, procurando estabelecer relações que explicavam as transformações culturais. Isso é perceptível em sua tese de doutorado em que explicou a assimilação por meio da mobilidade social, as chances de ascensão com a urbanização e ressaltou “[...] o aproveitamento de aspectos culturais da organização familiar e social dos grupos imigrantes para o processo de ascensão social e completa assimilação” (PIZA, 2012, p. 42).

Por outro lado, merece destaque também os trabalhos de Vieira que se distanciou das teorias de assimilação e aculturação, e concentrou-se mais nas relações inter-raciais, a

⁴ Antropóloga que realizou estudos entre os anos de 1961 e 1964, na USP, pesquisando a mobilidade social e a história dos imigrantes italianos. Neste trabalho, critica a teoria de aculturação e analisa a assimilação através da mobilidade. É uma das precursoras no modelo da Antropologia Urbana e de etnografar as cidades (PIZA, 2012).

⁵ Florestan Fernandes (1920-1995) sociólogo que junto ao seu grupo marcou as discussões sobre “[...] o desenvolvimento da sociedade capitalista e a formação da sociedade de classes no Brasil [...]” (PIZA, 2012, p. 41).

socialização, a identidade étnica, o grupo étnico e a fronteira étnica. Aqui começou a se formular a conceituação de identidade étnica, portanto defendemos que Vieira pertence a uma transição da primeira para a segunda fase, uma vez que ele não se utiliza mais da teoria da assimilação, passando a conceitua-la como “identidade étnica”. Contudo, a autora ainda analisava a absorção e integração dos imigrantes à sociedade brasileira partindo da perspectiva do grupo de Fernandes, inserindo a ascensão dos *nikkeis* dentro do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Vieira foi influenciada pelo modelo utilizado por Shmuel Eisenstadt⁶ sobre o conceito de absorção: os imigrantes são analisados como grupo e focaliza-se na

institucionalização de comportamento dos imigrantes e seus descendentes, institucionalização vista como um processo “de transformação dos grupos básicos dos imigrantes e da extensão de sua participação e orientação, além desses grupos nas principais esferas da sociedade receptora” (VIEIRA, 1973, p. 15).

Em seu livro *O japonês na frente da expansão paulista* (1973), resultado de uma pesquisa realizada em Marília, entre os anos de 1964 e 1966, focaliza a natureza da composição do grupo étnico japonês e o processo de institucionalização do comportamento dos *nikkeis*. Analisa, principalmente, as transformações ocorridas no seio familiar, investigando os mecanismos de absorção através, por exemplo, dos casamentos Inter étnicos. Como apontado, Vieira desenvolveu em suas pesquisas a conceituação de identidade étnica, porém, colocada como um instrumento de comunicação com a sociedade brasileira. Percebemos isto em seu trabalho sobre as associações das colônias japonesas, pensadas como “agências étnicas formalizadas” e que mantinham a identidade étnica, no entanto caracterizadas como um canal para a absorção dos *nikkeis* (SEYFERTH, 2004).

Como pode ser percebido a fase não é homogênea, os autores que a compõem possuem diferentes abordagens analíticas que proporcionam considerações heterogêneas sobre a imigração. Entretanto defendemos que esses trabalhos apresentam similaridades significativas nos seus métodos, fontes, lugares de produção e principalmente na justificativa social de suas produções. O exemplo significativo da ligação dessa abordagem pode ser encontrado no livro organizado por Saito em parceria com Takashi Maeyama intitulado *A assimilação e integração dos japoneses no Brasil* (1973), que reúne artigos de 16 autores sobre a teoria da assimilação e fixação dos imigrantes japoneses. Na própria

⁶ Shmuel Eisenstadt (1920-2010) sociólogo que em suas obras apontou a importância para a socialização dos grupos primários, porém, “[...] observou que os processos de absorção dos imigrantes, ou a evolução de uma nova estrutura institucional, não são suficientes para obliterar as distinções grupais, desenvolvendo-se uma estrutura pluralista em que emergem identidades separadas [...]” (SEYFERTH, 2004, p. 18).

apresentação do livro, Saito busca demarcar os trabalhos acadêmicos de maneira distinta das produções anteriores aos anos 1940, entendida como “pré-científica” (SAITO, 1973, p. 7), pois, como apresentado, traziam argumentos pró ou contra a entrada de japoneses no Brasil no âmbito do debate político, sendo que a obra buscou reunir trabalhos “mais representativos” da discussão científica (SAITO, 1973, p. 10). Dessa forma, o livro busca realizar um panorama das três décadas da produção científica da imigração: os primeiros estudos da década de 1940, representados por Saito; os da década de 1950 com os pesquisadores japoneses, representado por Izumi; e os de finais das décadas de 1960 e 1970, com os trabalhos de Vieira.

Esse livro é significativo pois as tendências que são apresentadas nos diversos autores são as mesmas que definem a primeira fase. Destacamos aqui aquilo que se pode denominar como “mito do imigrante”, isto é, a utilização de uma narrativa de vazio demográfico que serviu para justificar a reocupação dos sertões no oeste brasileiro no século XX, definidos como espaços desbravados pelos “pioneiros” que domariam a natureza selvagem em nome do progresso (ARIAS NETO, 1998; ARRUDA, 2000). Entendemos que os imigrantes foram importantes elementos para esse discurso, pois eram caracterizados como “trabalhadores diligentes e dedicados” que suportavam as adversidades de um trabalho análogo ao escravo e se sacrificaram em prol da prosperidade futura garantindo, ao mesmo tempo, o progresso ao Brasil.

Essa ideia foi conectada a uma defesa e justificativa do porque os japoneses formaram colônias, pois tais comunidades *nikkeis* eram vistas por autoridades públicas e eugenistas como sinais do enquistamento e da não-assimilação dos japoneses. Contra essa visão, esses autores da primeira fase buscaram demonstrar que os japoneses se assimilavam ao Brasil, mas enfrentaram condições que os imigrantes de outras nacionalidades não enfrentaram. Nas palavras de Tetsundo Tsukamoto (1973, p. 24-25):

A tendência, por exemplo, à formação de grupos mais ou menos exclusivos é comum entre imigrantes das diferentes nacionalidades, sendo, todavia, mais acentuada entre os japoneses. As razões dessa tendência parecem ser variadas. Uma delas reside no fato de o agrupamento garantir maior liberdade na área de residência e assegurar maior liberdade de trabalho. Além disso o agrupamento, em termos profissionais, na mesma área de residência, facilita a disposição livre e total da força de trabalho familiar. É desnecessário dizer que a situação é compatível também com o plano de migração temporária: sucesso a curto prazo e retorno ao país de origem. O trabalho aos domingos e dias santificados, o trabalho da mulher e das crianças e mais a exequibilidade ao sistema de lazer e labor, de acordo com as práticas tradicionalmente seguidas na sociedade agrária do Japão, contribuíram para aumentar a produtividade desse grupo de imigrantes, na medida em que estes, dentro do seu próprio grupo, conseguiram a independência em suas atividades agrícolas. Portanto, qualquer consideração, à margem da contribuição que o japonês teria trazido ao desenvolvimento e à

produção dos países do Novo Mundo, terá que levar em conta o fato de que essa contribuição só foi possível à custa de esforços e das atividades produtivas baseados em seu plano de migração temporária.

Em seguida, o autor completa: **“reside, portanto, no que acima relatamos, a causa-mor do problema de não-assimilação do imigrante japonês”** (TSUKAMOTO, 1973, p. 25, grifos nossos). Ao argumentar que os imigrantes não tinham a intenção (estavam perseguindo interesses individuais) e nem a estrutura na sociedade receptora para se fixarem, por isso o atraso na aculturação do imigrante japonês, há um esforço em justificar e “militar” pelo imigrante que estaria sendo acusado de algo fora de seu alcance.

Por fim, podemos apontar também que essa primeira fase foi marcada pela produção a partir de lugares circunscritos ou, nas palavras de Michel de Certeau, de “lugares sociais”. Para Certeau (1982, p. 13) o “fazer história se apoia num poder político”, entendemos que tal constatação deve ser estendida para o “fazer ciência”, em outras palavras, sendo o fazer um produto de um lugar social, onde se elaboram os métodos, as normas, as regras das instituições, “[...] que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 66). Assim, os discursos historiográficos da primeira fase dos estudos da imigração japonesa estão inseridos nas relações sociais no qual emergiram, que foram estabelecidos, sobretudo, no estado de São Paulo. Nesse sentido, temos como lugares sociais de destaque a ELSP – com os pesquisadores Willems e Saito; a USP – com as pesquisadoras Cardoso e Vieira; os pesquisadores japoneses como Izumi que vieram por meio de programas como o da UNESCO; e posteriormente, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com Célia Sakurai que realizou um trabalho que pode ser definido como de transição entre a primeira e segunda fase dos estudos da imigração.

A partir do mapeamento desses lugares, ao analisarmos as produções nas referidas instituições podemos perceber como as linhas de pesquisa se conectam formando aquilo que estamos definindo como primeira fase. Um elemento que chama atenção, por exemplo, são as dedicatórias, agradecimentos e referências comuns, nas quais são encontradas menções ligadas aos lugares sociais citados, principalmente, a Saito. Pois, mesmo em autores que não tiveram suas carreiras acadêmicas ligadas ao grupo da ELSP, como Arlinda Rocha Nogueira (1984), fazem questão de ressaltar a importância da contribuição de Saito para o estabelecimento de um campo de pesquisa da imigração japonesa.

Dessa forma, embora Fatin (2017, p. 74 – grifos no original) argumente que a hegemonia da FFCL-USP relegou trabalhos como de Saito da ELSP ao esmaecimento, não garantindo para o autor um lugar de “*mainstream* da sociologia”, defendemos que no âmbito

da imigração japonesa, Saito congregou em torno de si grande parte do desenvolvimento da primeira fase dos estudos, uma vez que além da atuação como pesquisador, organizador de eventos e livros, ele foi um dos responsáveis por instituições dedicadas ao estudo dos *nikkeis*, como o Museu da Imigração Japonesa, da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (BUNKYO), a qual Saito foi diretor, e do Centro de Estudos da Cultura Japonesa (CENB) que surgiu a partir de um grupo que Saito participava (CASTRO, 1994).

É essa ligação entre esses autores que nos permite falar de uma primeira geração, pois apesar das distâncias entre alguns pesquisadores, é preciso compreender que os lugares sociais não são opostos, mas que apenas se distanciam em alguns momentos pelas abordagens teóricas. Todavia, como sugerido, defendemos que não é uma fase estática, visto que há pesquisadores que se afastaram das características gerais, contudo ainda pertenciam a esse primeiro momento.

Processos de mudança podem ser observados nas abordagens de alguns pesquisadores, por exemplo, a antropóloga e socióloga Célia Sakurai realizou trabalhos que consideramos como de transição entre as fases. Sakurai se formou na USP, e entrou em constante contato com as antropólogas Durham e Cardoso. Assim, em suas obras, é perceptível a teoria de mobilidade, porém uma mobilidade espacial, pensada em relação às mudanças urbanas. Percebemos uma aproximação de Sakurai com ambas antropólogas, pensando o capitalismo e os japoneses no Brasil. Contudo, o diferencial de Sakurai é que não trabalhou mais a assimilação ou integração dos imigrantes, a pesquisadora parte da perspectiva da fixação; criticando a “história oficial” e positiva sobre os *nikkeis*, isto é, a que possuía uma “tendência a sobrevalorizar o papel do imigrante japonês” (SAKURAI, 2000, p. 1). Portanto, compreendemos que Sakurai é a pesquisadora que mais se afastou das primeiras autoridades desse campo e da teoria de assimilação. Isso possui relações também com seu lugar de produção, porque realizou seu doutorado na UNICAMP e sob a orientação de Mariza Corrêa⁷, desenvolvendo a tese denominada *Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil* (2000); demonstrando como “[...] os ditames práticos e pragmáticos das políticas migratórias passam por cima das ideologias nacionalistas e mesmo dos ideais racistas [...]” (SEYFERTH, 2004, p. 25).

⁷ Mariza Corrêa (1945-2016) era antropóloga, foi orientanda de Cardoso e em suas pesquisas enfocou para a história da antropologia e a arena de pesquisa decisiva para a institucionalização desse campo: os estudos de raça nos finais do século XIX para XX; a constituição dos antropólogos, por meio de entrevistas com os considerados pioneiros nessa área, como Pierson; a análise sobre o gênero no fazer antropológico, protagonizando as antropólogas e as companheiras dos antropólogos (TAMBASCIA; ROSSI, 2018).

Da mesma maneira, Sakurai obteve contatos com o Grupo de Estudos Migratórios do IDESP e com o historiador Boris Fausto⁸. Os contatos com esses pesquisadores e sua orientadora influíram na percepção da autora. Dessa forma, em seus trabalhos notamos que Sakurai concentra-se: na construção da etnicidade do grupo; a identidade étnica e a questão da identidade dos descendentes; a alteridade; a fixação, os motivos pelos quais os imigrantes fixaram-se na agricultura, relacionando os contextos, “[...] os momentos com os quais estavam trabalhando, numa perspectiva de procurar entender aquilo que estava ocorrendo no Brasil, no Japão, no Estado de São Paulo especificamente, e também dentro do próprio grupo” (SAKURAI, 2000, p. 1); e a questão da mulher e a família, como exposto anteriormente. Sendo assim, conjecturamos que Sakurai é uma pesquisadora que pertence a primeira fase, mas, similarmente, distanciou-se das características gerais e apropriou-se de outras conceituações e teorias nos estudos sobre a imigração japonesa, partindo de novas perspectivas, como a análise do papel da mulher através de romances. Porém, não inaugura a segunda fase por ser ligada a algumas questões da primeira: a argumentação da fixação do imigrante japonês à sociedade brasileira. Notamos isso em seus trabalhos, como o livro *Romanceiro da Imigração Japonesa* (1993) e um capítulo denominado *A fase romântica da política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil* (1995).

Etnicidade

É somente com o brasilianista Lesser que se constitui o que denominados de segunda fase desse campo historiográfico, uma vez que se diminuiu o questionamento sobre a inserção dos imigrantes em termos de aculturação à sociedade e começou a se pensar na construção de identidade dos *nikkeis* por intermédio da negociação e da identidade situacional. Concentra-se na análise do processo ativo da construção identitária nipo-brasileira, compreendendo que os *nikkeis* não foram apenas vítimas do discurso e das práticas antinipônicas, mas que resistiram às violências e negociaram, mesmo que desigualmente, a sua identidade na sociedade (KAWAHAMA, 2019). A formação de Lesser na Brown University, onde existia um campo forte sobre os estudos brasileiros e

⁸ Boris Fausto (1930), em suas pesquisas, focalizou a micro história e é uma das autoridades nos estudos sobre a imigração. Foi influenciado por historiadores brasilianistas, como Warren Dean, sob o ponto de vista metodológico. O Grupo de Estudos Migratórios do IDESP é significativo por seus estudos sobre a imigração de grupos diversos, as trajetórias dos imigrantes, a construção de identidade e a inserção na sociedade nacional. Um exemplo disso, é o livro intitulado “Imigração e política em São Paulo”, publicado em 1995 e reuniu pesquisadores participantes do IDEPS, entre eles, Sakurai (FAUSTO, 1995; SEYFERTH, 2004; OLIVEIRA, 2016).

portugueses, em específico, devido ao Departamento de Estudos Afro-Diaspóricos e o contato com os professores Anani Dzidzienyo⁹ e Warren Dean¹⁰, ambos orientadores do pesquisador, despertaram o seu interesse na pesquisa sobre a imigração no Brasil (LESSER; ANDRÉ, 2021).

Em suas pesquisas, Lesser formulou as conceituações que embasariam toda essa segunda fase e que permitiriam novos olhares sobre os objetos. Segundo o pesquisador, a elaboração da teoria de negociação partiu dos fenômenos observados, pois defende que seus trabalhos são uma “tentativa de entender as vidas das pessoas reais e explicar o que aquelas vidas dizem” (LESSER; ANDRÉ, 2021, p. 38). Portanto, quando recebeu uma proposta de análise sobre os sírios libaneses, retornou em seus documentos sobre judeus, japoneses e árabes questionando-se o porquê de todos serem encaixados em uma mesma categoria. Em especial, as pesquisas sobre os japoneses surgiram pelo contato com as fontes sobre os movimentos ultranacionalistas, como a Shindô Renmei (LESSER; ANDRÉ, 2021). Percebemos essas características nos livros *A negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil* (2001), *Uma diáspora descontente* (2008) e *A invenção da brasilidade* (2015).

Portanto, a partir das publicações de Lesser aflorou-se a segunda fase. Nessa as características gerais são: a teoria da negociação da identidade, a construção de identidade hifenizada e situacional; os historiadores começaram a integrar as análises, conjuntamente a sociólogos e antropólogos, implicando em outras abordagens teóricas e, conseqüentemente, outros objetos e fontes (KAWAHAMA, 2019); os pesquisadores que não possuíam o domínio da língua japonesa, utilizaram de fontes traduzidas pelos órgãos oficiais ou até mesmo por colegas; os lugares sociais não são mais restritos ao estado de São Paulo, tornaram-se dispersos e ligados a outras universidades, como a Emory University, onde o pesquisador leciona. Nesse sentido é preciso lembrar que a partir dos anos de 1970 houve a expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em História e, decorrente do surgimento das universidades estaduais apareceram, nos finais dos anos 1990, outros cursos de pós-graduação, ampliando os lugares sociais de pesquisa, caso da Universidade Estadual

⁹ Anani Dzidzienyo (1941) é um afro-brasilianista e professor dos estudos africanos, portugueses e brasileiros na Brown University. Em suas pesquisas, focalizou-se na diáspora africana; as relações contemporâneas entre a África e a América; a experiência negra na sociedade brasileira, concentrando-se na área de etnicidade (LESSER; ANDRÉ, 2021).

¹⁰ Warren Dean (1932-1994) era um brasilianista e seus trabalhos pertenciam à história econômica-social, concentrando-se na industrialização de São Paulo (1969) e no sistema de *plantation* em Rio Claro (1976). Mas salientamos também as suas contribuições nos estudos sobre o governo de Getúlio Vargas; às investigações sobre a Amazônia e a Mata Atlântica, focalizando na história ecológica; e as denúncias sobre as violências praticadas contra professores durante o regime militar brasileiro (FAUSTO, 1995; OLIVEIRA, 2013).

de Londrina (UEL) (ARRUDA; PROENÇA, 2013), contribuindo com novos métodos, objetos e fontes descentralizadas do eixo paulista.

Essa descentralização não significou o desaparecimento de trabalhos em São Paulo, entre os quais destacamos a historiadora Marcia Yumi Takeuchi com suas pesquisas sobre a imigração japonesa e os discursos antinipônicos. Em suas obras, percebemos as influências de Lesser, seja na teoria da negociação ou como autor base para as suas discussões. Takeuchi foi orientanda de Maria Luiza Tucci Carneiro¹¹ no doutorado em História pela USP, entre os anos de 2005 a 2009. Durante esse tempo na instituição, entrou em contato com o sociólogo Sedi Hirano¹², contribuindo para a formulação de sua tese. Ela contribuiu também com o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) e com o Projeto Integrado: arquivo do Estado e Universidade de São Paulo (PROIN/USP), onde estabeleceu amizade com Rogério Dezem, outro pesquisador de importância dessa fase. Dessa forma, a trajetória de Takeuchi foi marcada por esses contatos que influenciaram em suas pesquisas, visto que a historiadora analisou as discussões políticas em torno do problema imigratório, concentrando-se na difusão do preconceito em relação ao *nikkei* por meio de revistas ilustradas. Para isso utilizou documentos em português e pertencentes aos órgãos oficiais brasileiros, como as obras da imprensa, documentação diplomática, charges políticas e reproduções fotográficas (TAKEUCHI, 2009).

Takeuchi investiga, em seus trabalhos, a resistência e negociação dos *nikkeis* aos discursos proferidos pelas elites brasileiras, exprimindo que eles não ficaram sujeitos às imposições, mas resistiram de diversas formas: desde a criação de um livreto denominado *Cruzamento da ethnia japoneza: hipótese de que o japonês não se cruza com outra ethnia*¹³ (1934), argumentando que os *nikkeis* eram assimiláveis; as resistências em relação às restrições do governo de Getúlio Vargas; e até as resistências ultranacionalistas, como o surgimento da Shindô Renmei. Da mesma maneira, a autora analisou a transformação da imagem sobre a mulher japonesa no imaginário social brasileiro (TAKEUCHI, 2007; 2009). Notamos isso em seus trabalhos: *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1949)* (2002), *Japoneses: a saga do povo do sol nascente* (2007) e *Entre Gueixas e Samurais: a*

¹¹ Maria Luiza Tucci Carneiro é historiadora e professora livre-docente do Departamento de História da USP, coordenou o Projeto Temático Fapesp PROIN/USP (1999-2009) e atualmente coordena o LEER. Trabalhou com os assuntos relacionados ao DEOPS, holocausto, autoritarismo, antissemitismo e memória (DEPARTAMENTO, [s.d.]).

¹² Sedi Hirano é um cientista social ligado à USP e, em suas pesquisas, abordou a sociologia do desenvolvimento, "com ênfase nos temas América Latina, Leste Asiático, desigualdade, pobreza, trabalho e violência" (REZENDE, 2015, [s.p.]).

¹³ Para saber mais consultar: Lesser (2001); Takeuchi (2007); Ueno (2018).

imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945) (2009).

Outro historiador dessa fase é Rogério Dezem que, assim como Takeuchi, foi orientado por Carneiro no mestrado em História Social da USP, em 2003. Entrou em contato com o PROIN/USP, onde desenvolveu sua primeira pesquisa durante a graduação possuindo como tema a sociedade Shindô Renmei, resultando no livro *Shindô-Renmei: Terrorismo e repressão* (2000). Sua formação na USP possibilitou os contatos com Sakurai e Lesser, ambos membros de sua banca de qualificação. Em suas pesquisas trabalhou com documentos em português e ligados aos órgãos oficiais como: os arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo e imagens/charges das revistas ilustradas do início do século XX, manifestando a falta de domínio da língua japonesa dos pesquisadores dessa fase e a preferência por documentos traduzidos. Pesquisou em sua dissertação *Matizes do “Amarelo”: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)* (2005) o surgimento do discurso antinipônico antes da chegada dos primeiros imigrantes japoneses e como foi apropriado pela elite brasileira os estereótipos negativos dos chineses e aplicados aos japoneses. Sugerimos que, ao contrário dos outros, Dezem (2000; 2005) se afasta da teoria de negociação, desenvolvendo um constructo teórico próprio, visto que optou por trabalhar com a análise do discurso, a construção do imaginário social e com os conceitos de alteridade, identidade e diferença.

Nessa fase há pesquisadores que trabalharam diretamente com a negociação da identidade, caso de Priscila Martins Fernandes. No seu mestrado em História Social pela UEL, em 2010, denominado *Identities e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina: 1930-1970*, sob orientação de Gilmar Arruda¹⁴, abordou a construção de identidade e memória dos *nikkeis* por meio da ascensão social – pensada como uma estratégia –, os conflitos, as negociações e a crise de identidade. A pesquisa se acentua por explorar o movimento decasségui, o Imin 100 (2008)¹⁵ – investigando os impactos e resultados dessa festividade – e por tentar problematizar a primeira fase do campo historiográfico. Conforme Fernandes (2010, p. 19) os trabalhos da primeira fase focaram mais nos aspectos da “[...] presença de imigrantes e descendentes japoneses em diferentes regiões do Brasil, e também no processo de integração e assimilação desses imigrantes”.

¹⁴ Gilmar Arruda é um historiador e professor aposentado do Departamento de História na UEL. Em suas pesquisas concentrou-se na história ambiental, fronteiras, natureza, território, memória e identidade (ARRUDA, [s.d.]).

¹⁵ Embora essas datas comemorativas sejam importantes marcos de publicações de novos trabalhos acadêmicos sobre a temática, no discurso midiático os estereótipos sobre as figuras dos imigrantes muitas vezes são mantidos (ANDRÉ, 2009).

Sendo assim, emergiu um olhar mais crítico em relação à primeira fase.

Salientamos também o historiador Richard Gonçalves André, por trabalhar a teoria de negociação e aplicá-la em outros objetos: a religião *nikkei*. Em seu doutorado intitulado de *Religião e Silêncio: Representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932-1950)*, de 2011, orientado por Eduardo Bastos de Albuquerque¹⁶ e Célia Reis Camargo¹⁷, na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP-Assis) analisa as formas de religiosidade dos *nikkeis*, investigando como a religiosidade foi “[...] canalizada para lugares e formas que transcendem a religião em esfera organizada e institucional, como cemitérios e cultos domésticos que passaram, ao longo do tempo, por processo de cemitização” (ANDRÉ, 2011, p. 18-19), percebendo como a religiosidade *nikkei* desenvolveu-se mesmo no contexto antinipônico e com as recomendações aos *nikkeis* por parte das companhias de emigração para que não “praticassem proselitismo religioso” (ANDRÉ, 2011, p. 206). Além disso procurou analisar as negociações de identidade e as resistências dos *nikkeis* de diferentes formas: desde o conservadorismo nativista até a busca por provar que eram assimiláveis. Da mesma forma que os pesquisadores dessa segunda fase, André utilizou de outras fontes como as fotográficas. Porém, o historiador construiu suas próprias fontes, visto que fotografou túmulos do Cemitério de Assaí buscando constituir um acervo. Também trabalhou com obras literárias, dados estatísticos, artigos de jornais e processos criminais.

Portanto, a segunda fase é marcada pela teoria da negociação, a construção e crise de identidade, pela ampliação dos lugares sociais e pelo início de uma dispersão dos pesquisadores devido ao surgimento de novos programas de pós-graduação. Nessa fase foram característicos: novas abordagens teóricas, objetos e metodologias, como a constituição de fontes pelos próprios pesquisadores: entrevistas orais e fotografias. Isso é devido a maior participação de historiadores nas pesquisas, sendo perceptível a dominância deles nessa fase. Por fim, nesse período surge uma visão mais crítica em relação à primeira fase e a teoria da assimilação, aculturação e integração, todavia, basearam-se nas autoridades dessa primeira fase.

¹⁶ Eduardo Basto de Albuquerque (1942-2009) era um historiador de importância no campo da história das religiões, principalmente, nas pesquisas sobre as religiões japonesas, em específico, o budismo. Em sua tese de doutorado analisou o budismo e a “[...] ‘aventura espiritual’ do mestre Zen budista Dôguen, que procurou alcançar a iluminação budista, o Nirvana, através de uma ascese espiritual que passava pela pobreza voluntária[...]” (COSTA, 2009, p. 3).

¹⁷ Célia Reis Camargo é historiadora e professora assistente da UNESP. Em seus trabalhos enfocou na história contemporânea brasileira e na história política, salientando a memória social; o patrimônio cultural; os acervos arquivísticos (CNPQ, [s.d.]).

Terceira fase ou apenas uma tentativa?

Conjecturamos que há movimentos de repensar essa segunda fase que se dá pelo afastamento da teoria de negociação e identidade hifenizada, isto é, a inauguração de uma possível terceira fase. Todavia, ainda não está delineada e não emergiu um autor basilar. De forma geral, esboçamos essa fase pela dispersão e defasagem dos pesquisadores, uma vez que não encontramos uma ligação entre os lugares sociais, assim como esses possíveis lugares são mais associados aos grupos de pesquisas e laboratórios. As abordagens teóricas variam, não se concentrando em uma única linha e existem tentativas de distanciar-se da teoria de negociação, por enxergá-la como insuficiente para as análises, uma vez que estabelece relações de forças desiguais; a ampliação dos pesquisadores, não se restringindo em antropólogos, sociólogos e historiadores, notamos uma maior participação dos jornalistas, psicólogos, geógrafos e os pesquisadores da área de letras.

Um exemplo desse movimento são as pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Japoneses, coordenado por Victor Hugo Kebbe e considerado um subgrupo do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar), criado por Igor José de Renó Machado. O núcleo se propõe a analisar o processo de inserção dos *nikkeis* por intermédio de outros caminhos teóricos e de objetos pouco estudados. Desse modo, propõe pensar as análises por meio do conceito de *japonesidade*, entendido como as condições dos sujeitos de serem japoneses “a sua maneira”. Em outras palavras, eles vivem uma *japonesidade* construída na oscilação e transmutação, que ao mesmo tempo é completa, desviando-se, dessa forma, das percepções que defendem a “falta de um lugar”, a incerteza e a incompletude. Os autores pretenderam dar sentido às “[...] várias diferenças que constituem as diferencialidades sem pensar em somas, subtrações ou incompletudes (alguns diriam que temos dobras infinitas)” (MACHADO, 2011, p. 19). Portanto, as *japonesidades* enfatizam as formas singulares de expressar a experiência japonesa no Brasil, ressaltando a subjetividade de cada indivíduo e demonstrando que todos são “japoneses”, “*nikkeis*”, “nipo-brasileiros”, entretanto, cada um à sua maneira, rompendo assim com as teorias que os unificam e homogeneízam em um único grupo. Contudo, é preciso salientar que apesar do distanciamento desses pesquisadores em relação às teorias da primeira fase, eles deixam claro que o conceito de *japonesidade* não é uma oposição e nem uma complementaridade, mas são outras visões sobre esse processo histórico que “cruzam o conhecimento atual em busca de sedimentos para outra construção” (MACHADO, 2011, p. 15).

Ademais, os pesquisadores introduzem duas novas discussões: a “japonesização” dos não descendentes e a “desjaponesização” dos nipo-brasileiros. A primeira propõe que um não *nikkei* pode tornar-se mais “japonês” do que um descendente, isso por meio das práticas culturais japonesas. Assim como a sociedade brasileira tornou-se, de certa maneira, mais “japonesizada”, apropriando-se das práticas japonesas e inserindo-as em nossa cultura. Enquanto a segunda sugere uma não identificação dos *nikkeis* com as práticas culturais propagada pelas colônias, ocorrendo um afastamento de tudo que remetesse a uma “cultura japonesa”. Essas análises refletem como as práticas transformam a sociedade brasileira e, simultaneamente, essas *japonesidades*, que a presença japonesa produziu no país (MACHADO, 2011).

A obra que articula o pensamento desse grupo de pesquisa é *Japonesidades Multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil* (2011), que reúne seis artigos de pesquisadores que investigam diversos aspectos da imigração japonesa e que atravessam o conceito de *japonesidade*. Os autores são Gil Vicente Lourenção, Érica Rosa Hatugai, Fabio Ricardo Ribeiro, Nádia Luna Kubota, Cláudia Winterstein e Kebbe. Com exceção de Winterstein, todos foram orientandos de Machado e essa coletânea é resultante de um simpósio realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em julho de 2010.

Entre as obras, destacamos a escrita por Kebbe denominada *O centenário da Imigração Japonesa na mídia “étnica”. Evidência da japonesidade*, em que analisa o centenário da imigração para o Brasil (2008) através do Jornal *NippoBrasil* e da Revista *Made in Japan*. No artigo, o autor tenta afastar-se da ideia de identidade nipo-brasileira por considerá-la frágil e incapaz de dar conta das inúmeras nuances de uma comunidade tão diversa e porque esta percepção desconsidera as “[...] complexas questões estruturais que desvelam no sangue, no fenótipo, e na própria ideia de construção da pessoa japonesa ou *japonesidade*, possibilitando que estes descendentes sejam ‘*nikkeis*’ e ‘brasileiros’ ao mesmo tempo” (KEBBE, 2011, p. 175). Além de colocar-se contrário à teoria de negociação, pois considera que é mais um diálogo e articulação de símbolos do que apenas uma negociação desigual.

Citamos também o artigo *Narrativas asiáticas brasileiras: identidades, raça e gênero* (2019) desenvolvido por Caroline Ricca Lee, July Manghirmalani e Laís Miwa Higa. As autoras focam em outras análises teóricas e outros objetos: o feminismo asiático-brasileiro e a interseccionalidade. Dessa maneira, por meio deste último buscam compreender os preconceitos contra as mulheres asiáticas, entendendo que sofrem por serem mulheres e

por sua etnia, ou seja, são reprimidas duplamente pelo patriarcado e pelo racismo. Do mesmo modo, são pioneiras nas pesquisas sobre o movimento feminista asiático-brasileiro. Portanto, destacamos a importância do artigo em trabalhar com o papel da mulher na sociedade, dando visibilidade a elas. Este trabalho diferencia-se da segunda fase, primeiro por seu caráter mais militante e, segundo, pela ênfase na pluralidade de etnias asiáticas no Brasil, entendendo a homogeneização como resultado do colonialismo e que, ao “simplificar e objetificar corpos, identidades e culturas diversas” causaria uma perda de memória e da individualidade (LEE; MANGHIRMALANI; HIGA, 2019).

Embora exista um certo afastamento pelos pesquisadores desse segundo momento, entendemos que não é um rompimento. Os autores procuraram se distanciar da teoria que embasou toda a segunda fase, optando por novos objetos e perspectivas: no caso do Núcleo de Estudos Japoneses, a escolha pelo conceito de *japonesidades*; enquanto Lee, Manghirmalani e Higa preferiram analisar o movimento feminista asiático-brasileiro por intermédio da interseccionalidade. Outrossim, notamos que nessa terceira fase há uma busca por análises que destacam a singularidade dos indivíduos, entendendo-os como heterogêneos, e recusando o conceito de identidade nipo-brasileira. Apesar das discussões propostas nesta terceira corrente, ainda colocamos o questionamento se está em passos de se consolidar ou são apenas tentativas de angariar novas perspectivas sobre o processo histórico da imigração japonesa. Sugerimos que essa fase está “engatinhando” e desenvolvendo-se, todavia, encontra algumas dificuldades: dispersão dos lugares sociais e de pesquisadores; a inexistência de um campo acadêmico que possibilite a ampliação e apoio de pesquisas relacionadas ao Oriente.

Para além da proposição de novos conceitos e visando superar a dispersão de pesquisadores, notamos tentativas de construir espaços institucionais que abriguem pesquisas correlacionadas com os estudos da imigração japonesa. É o caso dos grupos de pesquisa em diferentes instituições que buscam ganhar visibilidade por meio de ferramentas digitais, particularmente os perfis em redes sociais, e fomentar a pesquisa no Brasil. Nesse sentido, podemos citar o mencionado Núcleo de Estudos Japoneses, além do Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais da Universidade Estadual de Londrina (LAPECO/UEL), o Centro de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (CEA/UFF) ou o Projeto Orientalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outros. Esses espaços permitem a discussão de temas relacionados com o Oriente e, por consequência, a presença *nikkei* no Brasil. Por intermédio dos pesquisadores desses grupos são organizados eventos como o Simpósio Eletrônico Internacional de História Oriental ou

revistas como a *Prajna*: revista de culturas orientais.

Mais do que propriamente conceitos, esses movimentos formam novos espaços de produção, circulação e debate sobre o fenômeno. Além disso, propiciam investigar temas relacionados com a imigração japonesa abordando, por exemplo, os estudos das crenças japonesas, da cultura pop (animes e mangás), das relações de gênero, etc. Esses temas trazem novas fontes, questões e abordagens que dão fôlego renovado para os estudos japoneses e orientais no Brasil.

Considerações finais

Ao longo do artigo buscamos analisar como o campo historiográfico sobre a imigração japonesa para o Brasil é constituído de fases de produção, tais momentos da pesquisa acadêmica podem ser percebidos a partir das relações estabelecidas entre os autores, instituições e aportes epistemológicos. A análise empregada objetivou mostrar que ao associar esses vários elementos é possível delinear as ferramentas interpretativas utilizadas pelos autores. Ao tratarmos dessas utilizações ao longo do tempo notamos que embora existam diferentes maneiras de abordar o fenômeno, alguns conceitos chaves acabam se sobressaindo nas produções.

Nesse sentido, sugerimos a existência de três momentos da produção acadêmica que podem ser periodizados por meio dos conceitos empregados. A primeira fase foi consolidada na década de 1940 pelo emprego dos conceitos de aculturação e assimilação. A circularidade dessa produção foi concentrada no estado de São Paulo, principalmente, nas instituições responsáveis por lançar as bases acadêmicas das Ciências Sociais no Brasil, a USP e a ELSP. Composta por diversos autores que traçam diferentes perspectivas sobre o fenômeno migratório, entre os quais destacamos a figura de Saito. Entretanto, ainda assim, essas divergências passam pela discussão da noção de aculturação. A força desse conceito permanece até aproximadamente os anos 2000 quando o debate principal, embora não o único, se concentrou na ideia de etnicidade.

O fomento dessa nova discussão está entrelaçado ao trabalho do historiador Lesser que passou a destacar como a identidade do imigrante japonês se construiu na sociedade brasileira. Nesse período vemos também a expansão dos lugares em que a pesquisa acadêmica sobre a imigração foi produzida, movimento conectado com o surgimento dos novos programas de pós-graduação no país. Essa descentralização das pesquisas também gerou a dispersão dos próprios pesquisadores que, a partir do conceito de etnicidade,

buscam novas fontes e metodologias para seus trabalhos, fator ligado também ao desconhecimento da língua japonesa.

Por fim, apontamos a possibilidade de um novo olhar sobre as discussões de etnicidade, o que identificamos como uma possível terceira fase. Nesta, os autores buscam problematizar a ideia de negociação da identidade, mantendo o recurso às fontes privilegiadas pelos autores da segunda fase e, ao mesmo tempo, muitas vezes se aproximam dos autores da primeira fase reforçando a necessidade do domínio do idioma japonês para compreender o fenômeno. Sugerimos que esse é um movimento em construção que pode congrega as pesquisas dispersas e repensar as experiências dos *nikkeis* no Brasil.

THE HISTORIOGRAPHIC FIELD OF JAPANESE IMMIGRATION: SOME OUTLINES

Abstract: The aims of this paper is to analyze the historiographic field of Japanese immigration, understood as an area formed by several authorities who search comprehension of the immigration process through concepts, like: acculturation, assimilation, negotiates identity, and *japonesidades*. Therefore, we understand this field is subdivided in three phases: the first is called acculturation and assimilation due the researches using mainly these two joint concepts to integration and accommodation. This phase arose and was consolidated in the 1930s and 1940s, having as great authority Hiroshi Saito; the second emerged about the years 2000, and is called ethnicity, because the studies withdraw of concept of assimilation, and focus more in the ethnicity and the issue of identity, that way, the great authority is the brazilianist Jeffrey Lesser, the inaugurator this phase, and was establish the concepts of negotiation, and identity hyphenated and situational. Lastly, we suggest that there is a delineation of a third phase that seeks to break up, or at least put away, the concepts from the previous phase, since they are comprehended as inadequate for understanding the immigration phenomenon, and subjective construction of *Nikkei's*.

Keywords: historiographic field. Japanese immigration. Assimilation. Acculturation. Identity negotiated. *Japonesidades*.

EL CAMPO HISTORIOGRÁFICO DE LA INMIGRACIÓN JAPONESA: ALGUNOS LINEAMIENTOS

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el campo historiográfico de la inmigración japonesa, entendido como un espacio formado por diversas autoridades que buscan comprender el proceso migratorio mediante los conceptos, tales como: aculturación, asimilación, identidad negociada y *japonesidades*. Así, comprendemos que es un campo subdividido en tres fases: la primera es denominada aculturación y asimilación debido a las investigaciones utiliza principalmente estos dos conceptos conjuntamente a los de integración y acomodación. Esa fase surgió y se ha consolidado en las décadas de 1930 y 1940, poseyendo como gran autoridad Hiroshi Saito; la segunda surgió en los años 2000 y es denominada de etnicidad, una vez que los estudios se distancian del concepto de asimilación y se centran más en la etnicidad y la cuestión de la identidad, de esa manera, la gran autoridad es el brasilianista Jeffrey Lesser, el inaugurador de esta fase y que estableció los conceptos de negociación y identidad *hifenizada* y situacional. Por último, sugerimos que hay el diseño de una tercera que busca romper, o por lo menos alejarse, con los conceptos de la fase anterior, puesto que son comprendidos como insuficientes para entender el fenómeno inmigratorio y la construcción subjetiva de los *nikkeis*.

Palabras clave: campo historiográfico. Inmigración japonesa. Asimilación. Aculturación. Identidad negociada. *Japonesidades*.

Referências

ANDRÉ, Richard Gonçalves. A imigração japonesa no Brasil: história e memória, fronteiras e interpenetrações. **História e-história**, v. 1, p. 1-21, 2009.

_____. **Religião e silêncio**: Representações e Práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

ARIAS NETO, José Miguel. **O eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). Londrina: EDUEL, 1998.

ARRUDA, Gilmar. **Currículo lattes**. [s.d.]. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2128740541101376>>. Acessado em 28 de set. de 2020.

_____. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru-SP: Edusc, 2000.

_____; PROENÇA, Wander de Lara. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 18, 2013, p. 240-260.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudos dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CARVALHO, Diego Avelino de Moraes. **O Martírio no Sol Poente**: das agruras (e)(i)migratórias à formação de milícias ultranacionalistas no contexto do pós-guerra no Brasil – o caso Shindô Renmei (1868-1956). 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CASTRO, Marco Luiz de. **Entre o Japão e o Brasil**: a construção da nacionalidade na trajetória de vida de Hiroshi Saito. 1994. 240f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Célia Reis Camargo**. Currículo Lattes, CNPQ, [s.d.]. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9965126276828764>>. Acessado em 05 de abr. de 2021.

COSTA, Milton Carlos. Eduardo Basto de Albuquerque (1942 – 2009). **Revista Nures**, São Paulo, n. 13, 2009. p. 1-3.

COTRIM, Aline Sá. **Imigração e assimilação nos estudos sociológicos de Hiroshi Saito (1947-1964)**. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2016.

DEPARTAMENTO de História - FFLCH-USP. **Corpo docente**. [s.d.]. Disponível em: <<http://historia.fflch.usp.br/maria-luiza-tucci-carneiro>>. Acessado em 28 de set. de 2020.

DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei**: Terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

_____. **Matizes do “Amarelo”**: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

FANTIN, Jader Tadeu. Breves considerações sobre Hiroshi Saito e as diferenças institucionais entre a Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras no período de estruturação das Ciências Sociais em São Paulo. **Áskesis**, v. 6, n. 2, p. 65-80, 2017.

FAUSTO, Boris. Warren Dean, brasilianista brasileiro. **Revista de História** 133, São Paulo, 2º semestre, 1995. p. 95-98

FERNANDES, Priscila Martins. **Identidades e memórias de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina**: 1930-1970. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

IZUMI, Seiichi. SAITO, Hiroshi. Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil. **Sociologia**, v. 15, n. 3, 1953, p. 205.

KAWAHAMA, Massao. **O crime dos seus olhos**: a (re)construção da memória da imigração japonesa no Brasil no romance “Os Livros de Sayuri”, de Lúcia Hiratsuka (2008). 2020. 86 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

LEE, Carolina Rica; MANGHIRMALANI, July; Higa, Laís Miwa. **NARRATIVAS ASIÁTICAS BRASILEIRAS: identidade, raça e gênero**. In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio; TEDESHI, Losandro Antonio. Ensaio sobre racismo. Pensamento de fronteira. São Paulo: Balão Editorial, 2019.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e luta pela Etnicidade no Brasil. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

_____. ANDRÉ, Richard Gonçalves. Entrevista com Jeffrey Lesser. **Prajna**: Revista de Culturas Orientais, Londrina, v. 1, n. 1, p. 26-51, 2020.

MACHADO, Igor José de Renó. **Japonesidades multiplicadas**: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1984.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. Introdução. In: OLIVEIRA, Fabiane Costa. Boris Fausto: História e Historiografia. **O Fazer-se se um historiador da República em interlocução com as Ciências Sociais**. 2016. 261 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PIZA, Douglas de Toledo. Um palpite sobre a imigração nas Ciências Sociais de São Paulo três décadas, duas perspectivas e uma cisão. **Plural**, v. 19, n. 1, p. 33-47, 2012.

REZENDE, Fernanda. **Sedi Hirano**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoas/sedi-hirano>>. Acessado em 28 de set. de 2020.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. (Org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. Apresentação. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis, Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. **O cooperativismo e a comunidade**. Editora: Sociologia e Política, 1964.

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

_____. A fase romântica da política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil. In: FAUSTO, Boris et al. **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1995.

_____. **Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil**. 2000. 204 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais. **BIB**, São Paulo, n. 57, 2004. p. 7-47.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo em Tempo de Guerra (1939-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa oficial do Estado, 2002.

_____. **Japoneses: A saga do povo do sol nascente**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007.

_____. **Entre gueixas e samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. 2009. 415 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo: 2009.

TAMBASCIA, Christiano; ROSSI, Gustavo. **Sidetracks**: Mariza Corrêa e a história da antropologia no Brasil. Caderno Pagu, Campinas, n. 54, 2018. p. 1-30.

TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante. SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, T. (Org.). Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

UENO, Luana Martina Magalhães. **A assimilação como mecanismo de resistência**: Os nikkeis diante do discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). 2018. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

_____. O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 41, p. 101-115, 2019.

VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

WILLEMS, Emílio; BALDUS, Herbet. Casas e Túmulos Japoneses no Vale da Ribeira de Iguapé. **Revista do Arquivo Nacional**, v. LXXVII, p. 121-136, 1941.

_____; SAITO, Hiroshi. Shindô-Renmei: Um problema de aculturação. **Sociologia**, n. 9, n. 2, p. 133-152, 1947.

SOBRE OS AUTORES

Luana Martina Magalhães Ueno é mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); graduanda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Leonardo Henrique Luiz é doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Recebido em 16/04/2021

Aceito em 20/10/2021